



ÓRGÃO DO PODER EXECUTIVO

PREFEITO | Wladimir Garotinho / VICE - PREFEITO | Frederico Paes

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 218/2021

**DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO ESTABELECIDO PELO DECRETO Nº 22/2021 QUE DECRETOU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 78, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Campos dos Goytacazes;

**CONSIDERANDO** que o Estado do Rio de Janeiro reconheceu o estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira declarado pelo Decreto nº 45.692, de 17 de junho de 2016 e suas posteriores alterações, tendo seu prazo prorrogado pela lei estadual 9.163 de 2020 até o dia 31 de dezembro de 2021.

**CONSIDERANDO** todos os esforços de reprogramação financeira já empreendidos para ajustar as contas municipais, através dos Decretos de contingenciamentos publicados no dia 1º de janeiro de 2021;

**CONSIDERANDO** a persistência do momento de crise da saúde pública em que há elevada demanda de leitos de tratamento para pacientes críticos para COVID-19;

**CONSIDERANDO** que tal fato vem acarretando severas dificuldades na prestação dos serviços públicos essenciais e pode ocasionar ainda o total colapso na saúde, na educação, na mobilidade e, principalmente, no pagamento da folha salarial dos servidores municipais;

**CONSIDERANDO** o disposto na lei municipal nº 9.059 que Revoga a lei nº 8630/2015, que autorizava a complementação salarial dos servidores cedidos pela Secretarial Estadual De Saúde, na lei municipal nº 9.060 que disciplina o abono de permanência, dos servidores públicos Municipais do Município de Campos dos Goytacazes e na Lei Municipal nº 9.061 que altera o Art.2º da Lei Municipal nº 8703/2016 que definiu novas regras para o benefício do auxílio alimentação, que tiveram por objeto a diminuição de gastos com pagamento de pessoal;

**CONSIDERANDO** o disposto no decreto Municipal nº 18/2021 que dispõe sobre a redução de 30% dos valores das gratificações concedidas aos servidores dos Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Campos Dos Goytacazes;

**CONSIDERANDO** que os relatórios fiscais do último quadrimestre de 2020 indicam que os limites com gastos de pessoal determinados pela lei de responsabilidade fiscal foram ultrapassados;

**CONSIDERANDO** que as peças orçamentárias, produzidas sob a realidade e exercício do governo anterior, deveriam ser um mapa condutor das ações administrativo-financeira da nova Gestão;

**CONSIDERANDO** que apenas depois de assumir a nova Gestão se obteve a informação da realidade das contas municipais, sendo surpreendidos por enorme passivo a descoberto, apurados inicialmente em um valor aproximado de trezentos milhões de reais – os chamados restos a pagar, sem contrapartida financeira para sua liquidação;

**CONSIDERANDO** que foram encontrados nos cofres municipais recursos insuficientes capazes de dar quitação ao 13º salário e a folha salarial mensal referente ao mês de dezembro, entre outras despesas orçamentárias básicas para o funcionamento mínimo do serviço público;

**CONSIDERANDO** a necessidade da realização de despesas ordinárias e obrigatórias do período que se inicia, guiados por orçamento elaborado pela Gestão anterior e com a obrigação de quitar responsabilidades por eles assumidas, sem numerário suficiente;

**CONSIDERANDO**, por fim, que o Poder Executivo, nos últimos 03 (três) anos, mesmo ciente da determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, não se adequou à proibição de utilização dos royalties para pagamento de dívida e do quadro permanente de pessoal, a contar do dia 1º de janeiro de 2021;

**CONSIDERANDO** que o parágrafo único do art. 1º do Decreto Municipal nº 022/2021 possibilita a prorrogação do Prazo do Estado de calamidade pública;

**CONSIDERANDO** que a Lei Municipal nº 9030 de 08 de janeiro de 2021, reconheceu o Estado de Calamidade Pública no âmbito da Administração Fiscal e Financeira, declarado pelo Decreto Municipal nº 22, de 07 de janeiro de 2021;

DECRETA:

**Art. 1º** - Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias o prazo estabelecido no art. 1º do Decreto 022/2021 de 07 de janeiro de 2021, que decretou o estado de calamidade pública, em razão da grave crise fiscal e financeira no Município de Campos dos Goytacazes, impedindo o cumprimento das obrigações básicas de gestão em decorrência da realização do cenário encontrado nas contas públicas e das despesas extraordinárias oriundas do COVID-19.

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos administrativos a partir do dia 07 de julho de 2021.

Campos dos Goytacazes (RJ), 28 de junho de 2021.

WLADIMIR GAROTINHO  
Prefeito

DECRETO Nº 219/2021

**DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO RECADASTRAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS,**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, no exercício de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o art.78, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

**CONSIDERANDO** a necessidade de levantamento atual dos recursos humanos alocados na Administração Pública Municipal;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se conhecer com maior precisão a lotação dos diferentes profissionais por áreas, setores e locais de atuação, para a correta distribuição da força de trabalho, de acordo com as demandas existentes;

**CONSIDERANDO** a necessidade de criar base de dados atualizada e dinâmica como forma de contribuir para a melhor relação de eficácia na gestão dos servidores disponíveis, impactando na ampliação da resolutividade e da qualidade do atendimento à população e contribuindo para a racionalização das receitas públicas municipais;

**CONSIDERANDO** que os Decretos 128/2021; 126/2021 e 153/2021 oportunizaram o recadastramento aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde; Fundação Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia.

DECRETA:

**Art. 1º** - Fica determinado o recadastramento de todos os servidores ativos da Prefeitura Municipal de Campos, incluindo cargos comissionados, exceto dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde; Fundação Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia.

**Parágrafo único** – Ficam incluídos do referido recadastramento do caput deste artigo aqueles que se encontram cedidos para outros órgãos.

**Art. 2º** - O recadastramento deverá ser realizado nas seguintes etapas:

I – Na etapa remota, por meio de sistema eletrônico "Recadastrar Servidor", em link hospedado na página oficial do Município ([www.campos.rj.gov.br](http://www.campos.rj.gov.br));

II – Na etapa presencial, por meio da apresentação da via original e cópias de Documento de Identidade, contracheque do mês imediatamente anterior e comprovante de residência, cuja data de expedição seja menor que 90 (noventa dias) dias.

**Art. 3º** - Os servidores deverão se recadastrar na etapa remota de 29 de junho a 05 de julho de 2021.

**Art. 4º** - A etapa presencial será informada e divulgada em momento posterior nos canais oficiais do Município, e estará condicionada ao que for determinado pela legislação vigente, no que se refere aos protocolos sanitários de enfrentamento da pandemia do covid-19.

**Art. 5º** - O servidor que não se recadastrar terá o seu pagamento bloqueado.

**Art. 6º** - Ao final do recadastramento as informações e dados produzidos deverão ser arquivados nos assentamentos funcionais dos servidores.

**Art. 7º** - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Campos dos Goytacazes (RJ), 28 de junho de 2021.

WLADIMIR GAROTINHO  
Prefeito

DECRETO Nº 220/2021

**DISPÕE SOBRE O NÍVEL E A FASE SEMANAL QUE O MUNICÍPIO SE ENCONTRA NO PLANO DE RETOMADA DE ATIVIDADES ECONÔMICAS E SOCIAIS, COMO MEIO DE COMBATE À DISSEMINAÇÃO DO CORONAVÍRUS (COVID-19); CONVOCA O GABINETE DE CRISE COVID-19 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

**CONSIDERANDO** que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma dos artigos 196 e 197 da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou em 30 de janeiro de 2020, Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19 (Sars-cov-2);

**CONSIDERANDO** que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou pandemia pelo COVID-19 (Sars-cov-2) em 10 de março de 2020;

**CONSIDERANDO** a portaria nº 188 do Ministério da Saúde (MS), de 3 de fevereiro de 2020, em que foi declarada Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo COVID-19 (Sars-cov-2) e atendendo ao Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011;

**CONSIDERANDO** que o Estado do Rio de Janeiro reconheceu a situação de emergência em saúde pelo COVID-19 (sars-cov-2) por meio do Decreto no 46.973, de 16 de março de 2020;

**CONSIDERANDO** as diretrizes de atendimento integral, universal e igualitário no SUS, que compreendem as ações de proteção e recuperação de saúde individual e coletiva, conforme o artigo 289, inciso III, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro;

**CONSIDERANDO** o decreto municipal 118/2020, de 01 de junho de 2020, que instituiu o plano de retomada de atividades econômicas e sociais, prevendo a transição gradual das medidas de isolamento social como meios de combate à disseminação do Sars-cov-2 (COVID-19) e implementando a classificação por cores;

**CONSIDERANDO** o artigo 5º do decreto 118/2020, que dispõe sobre o sistema de monitoramento da evolução da epidemia por COVID-19 em que são considerados dados de casos confirmados, óbitos e internação por COVID-19, seja no sistema público ou privado;

**CONSIDERANDO** o Decreto 027/2021, que instituiu o protocolo "regras da vida" além de outros protocolos específicos para cada atividade econômica e determinando sanções administrativas para o caso de descumprimento das regras previstas;

**CONSIDERANDO** o Decreto Estadual 47.454/2021, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da propagação do novo coronavírus (COVID-19), em decorrência da situação de emergência em saúde e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** a detecção na cidade de Campos dos Goytacazes da variante B.1.1.7 oriunda da Inglaterra em estudo capitaneado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a rede Corona-Ômica do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT);

**CONSIDERANDO** os dados epidemiológicos do município de Campos dos Goytacazes que desde o início da pandemia apresentou mais de 34.402 casos confirmados e 1415 óbitos e se encontra atualmente com índices de transmissibilidade e de contagiosidade decrescentes da infecção pelo COVID-19 (Sars-cov-2), fazendo o Município manter o NÍVEL II FASE VERDE.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica mantido o NÍVEL II - FASE VERDE no Município, indicando situação de atenção moderada.

**Art. 2º** - Estão liberados para funcionar com o atendimento ao público:

- I) Farmácias (24 horas);
- II) Minimercados, Mercados, Supermercados, Mercarias, Hortifrutigranjeiros, Açouques, Peixarias, com horário de funcionamento até às 22h (vinte e duas horas), observando-se o limite de 50% (cinquenta por cento) da capacidade de lotação, atribuindo-se ao Gerente ou Preposto a responsabilidade pela organização da fila externa;
- III - Mercado Municipal, observando-se o limite de 50% (cinquenta por cento) da capacidade de lotação;
- IV - Padarias, distribuidores de gás, lojas de venda de água mineral, com horários de funcionamento permitido até às 22h (vinte e duas horas), observando-se a o limite de 50% (cinquenta por cento) da capacidade de lotação, obedecendo os protocolos "regras da vida";
- V - Loja de produtos de agropecuária e ração para animais, com horário de funcionamento das 7h às 18h, ficando permitido a atividade de banho e tosa animal;
- VI- Postos de combustível, com horário de funcionamento normal;
- VII- Bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres sediados no interior de hotéis, pousadas e similares;
- VIII - Estabelecimentos bancários, com horário de atendimento das 7h30 às 16h, limitando-se a 50% (cinquenta por cento) a capacidade de lotação dos clientes, sendo responsabilidade dos estabelecimentos garantir que o acesso em suas dependências se dê de maneira ordenada, de forma a evitar aglomerações, inclusive nas áreas externas do estabelecimento;
- IX - A Central de Atendimento ao Contribuinte – CAC, da Secretaria Municipal de Fazenda, com horário de atendimento das 8h às 16h, limitando-se a 50% (cinquenta por cento) a capacidade de lotação dos contribuintes;
- X - Casas lotéricas, com horário de atendimento das 8h às 18h, agências de crédito e afins, limitando-se a 50% (trinta por cento) a capacidade de lotação dos clientes, sendo de responsabilidade dos estabelecimentos garantir que o acesso em suas dependências se dê de maneira ordenada, de forma a evitar aglomerações, inclusive nas áreas externas do estabelecimento;
- XI - Borracharias,
- XII - Chaveiros,
- XIII - Oficinas mecânicas em geral, inclusive de bicicletas;
- XIV - A realização das atividades religiosas de cultos e missas, desde que observada a lotação máxima de 50% (trinta por cento) da capacidade do local, a aferição de temperatura, aplicação de álcool 70° e a obediência aos protocolos "Regras da Vida", sujeitando-se à fiscalização e interdição dos estabelecimentos;
- XV - Escritórios de advocacia, contabilidade, consultorias, arquitetura e engenharia, imobiliárias, agências de seguro e plano de saúde, certificadoras digitais ou congêneres, que deverão respeitar as medidas gerais previstas no protocolo "regras para a vida", além das seguintes determinações:
  - a) o horário de funcionamento das 8h às 19h;
  - b) o atendimento individual com agendamento prévio, sendo vedada a espera de clientes no interior do estabelecimento ou fila;
  - c) as cadeiras e demais equipamentos deverão ser higienizados após cada atendimento
- XVI - Concessionárias de serviços públicos de água, luz e gás, com 50% (cinquenta por cento) da capacidade de lotação, atribuindo-se ao Gerente ou Preposto a responsabilidade pela organização da fila externa;
- XVII - Shoppings centers, com funcionamento das 10h às 22h, obedecendo aos protocolos "regras da vida", ficando permitida as atividades da praça de alimentação e dos quiosques de venda de alimentos seguindo o mesmo horário do shopping e obedecendo os protocolos "regras da vida" ficando proibido o consumo de alimentos fora da praça de alimentação;
- XVIII – As academias e similares ficam autorizadas a funcionar, no horário das 6h às 22h, com uso obrigatório de máscara, álcool gel, obediência aos protocolos "regras da vida" e desde que observadas as seguintes condições:
  - a) Que seja respeitado o limite de 50% (trinta por cento) da capacidade de lotação de alunos;
  - b) Fica permitida a utilização dos aparelhos ergométricos, tais como esteiras, bicicletas e similares, vedados os esportes coletivos.

- c) Fica permitido a prática de atividades aeróbicas e esportes coletivos praticados ao ar livre, permitindo-se ainda, a realização de campeonatos, sendo vedado torcidas ou qualquer outro tipo de aglomerações;
- d) Os banheiros não poderão ser utilizados para banhos e trocas de roupa;
- e) A utilização dos bebedouros somente será permitida para abastecimento de garrafas, copos ou recipientes afins, proibindo a utilização direta do bebedouro para o consumo de água;
- f) Os controles de acesso do tipo "catraca" ou similares não poderão ser utilizados;
- g) Permanecem suspensas a prática de esportes coletivos em locais fechados, ficando permitido a prática de esportes de contato e lutas no máximo 2 (duas);
- h) Os profissionais de educação física que atuam como *personal trainer* poderão atuar seguindo os protocolos "regras da vida" respeitando os distanciamentos entre os alunos, ou até 3 (três) por horário;
- i) As piscinas poderão funcionar com apenas 1 (uma) pessoa por raia, incluindo a realização de aulas de natação e hidroginástica não se admitindo a permanência de pessoas fora d'água nos arredores do local;
- j) As academias de condomínio poderão funcionar, com uso obrigatório de máscara, álcool 70%, obediência aos protocolos "regras da vida" e desde que com limite de 30%, com hora marcada e com intervalo de 30 (trinta) minutos entre cada agendamento, para higienização do local
- k) As Piscinas dos condomínios poderão ser frequentadas individualmente ou por família exclusivamente para exercício, não sendo permitido a permanência fora d'água nos arredores do local.

**XIX** – As atividades empresárias que não estiverem mencionadas nos incisos anteriores poderão funcionar das 8h às 22h, obedecendo aos protocolos "regras da vida";

**§1º** Os bares, restaurantes e congêneres poderão atender até meia noite, com autorização para música ao vivo, sem limites de componentes e distanciamento mínimo de dois metros para o público, DJ como som ambiente, sendo vedado ainda, pista de dança e bandas, devendo ser respeitado os protocolos "regras da vida", ficando também permitido o funcionamento de restaurantes no modelo self-service (servido pelo próprio cliente), com utilização de máscara e luvas, ficando ainda, autorizado o funcionamento dos restaurantes no sistema de rodizio.

**I** – Deverá ser respeitado o distanciamento previsto no protocolo "regras da Vida", sendo vedado a permanência de pessoas em pé no estabelecimento.

**II** – As mesas deverão respeitar o número máximo de 06 (seis) pessoas sentadas, conforme protocolo "regras da vida".

**III** - Fica permitido a exibição áudio visual de jogos ou eventos esportivos, devendo ser respeitado o distanciamento social, sendo vedada a permanência de pessoas em Pé e respeitando o protocolo "regras da vida".

**§2º** - Fica permitido à realização de aulas práticas nos cursos da área de saúde, seguindo os protocolos "regras da vida".

**§3º** - Fica permitido à realização de aulas presenciais nos cursos de pós-graduação com limitação de 50% da capacidade obedecendo aos protocolos "regras da vida."

**§4º** - Ficam liberadas as atividades de atendimento multidisciplinar na área da saúde: psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogo e profissionais de educação física, seguindo os protocolos "regras da vida".

**§5º** - Ficam liberadas as atividades econômicas de preparação de comemorativos e serviços de buffet e congêneres (aniversários, batizados e casamentos), com limitação de convidados em 50% da capacidade do salão com limite máxima de 200 (duzentas) pessoas com horário até meia noite, seguindo os protocolos "Regras da Vida", condicionando a abertura a regularidade da licença sanitária ativa, bem como a adesão no sistema de "retrovigilância" da subsecretaria de Atenção básica, vigilância e promoção da saúde (SUBPAV).

**§6º** - Fica permitido o funcionamento de parques de diversões com capacidade máxima de 50%, ficando proibidos alojamentos infantis.

**§7º** - Fica liberado o funcionamento de cinema com 50% de capacidade máxima.

**Art. 3º** - Fica permitida a prática de atividades esportivas individuais, em dupla e esportes coletivos ao ar livre, sendo vedado torcidas ou qualquer outro tipo de aglomerações.

**Art. 4º** - Fica determinado que a circulação de pessoas em ônibus, vans e outros meios de transporte coletivos, deverá observar a redução em 30% (trinta por cento) da capacidade de lotação, com todos os passageiros sentados, bem como a recomendação que os táxis e motoristas de aplicativos trabalhem com vidro dos veículos abertos, sob pena de multa e responsabilização ao Condutor e à Empresa ou Estabelecimento prestador de serviço.

**Art. 5º** - Fica permitido o funcionamento, em horário normal, das atividades industriais, agrícolas e de construção civil.

**Parágrafo único:** As lojas que se dedicam ao comércio de materiais de construção e congêneres poderão funcionar das 7h às 18h, obedecendo aos protocolos "regras da vida".

**Art. 6º** - Ficam permitidas, em horário normal, as atividades de Consultórios e Clínicas de Saúde, desde que o atendimento ocorra com horário marcado e sem filas de espera.

**Art. 7º** - Fica vedada a utilização de capelas mortuárias para velório, cujo falecimento tenha sido em decorrência de COVID-19; ficando estabelecido o limite de 30% (trinta por cento) de ocupação para casos em que o falecimento tenha ocorrido por outro motivo.

**Art. 8º** - As pessoas físicas que descumprirem as medidas sanitárias e de isolamento social estabelecidas através de decreto do Poder Executivo Municipal, em razão da pandemia de COVID-19, estão sujeitas à multa administrativa no valor de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), que poderá ser dobrada, na hipótese de reincidência, sem prejuízo da responsabilização penal correlata, conforme determinado pela Lei Municipal n.º 9.015, de 25 de agosto de 2020.

**Art. 9º** - Em se tratando de estabelecimento comercial, a inobservância às medidas sanitárias e de isolamento social estabelecidas através de Decreto do Poder Executivo Municipal, em razão da pandemia de COVID-19, sujeita o estabelecimento infrator, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e sem prejuízo das sanções já previstas em legislação municipal, inclusive com a cassação de alvará, às seguintes sanções:

- I- Multa no valor de 2 UFICAS;
- II - Em caso de reincidência, multa de 10 UFICAS.

**Art. 10** - Os órgãos públicos da Administração Direta e Indireta Municipal adotarão expediente normal, com funcionamento interno, com atendimento presencial ao público das 8h às 14h.

**I** - Os Secretários Municipais e Presidentes de Autarquias e Fundações, com vistas à manutenção das atividades que demandam exercício presencial das funções, para fins de continuidade dos serviços, ficam autorizados a determinar o funcionamento presencial em suas respectivas estruturas administrativas, desde que observadas as medidas de higiene e prevenção ao contágio do *coronavirus*.

**II** - Observando-se a natureza da função e a ausência de prejuízo da atividade, poderá ser adotada a modalidade de trabalho remoto ("home office"), ficando tal medida a critério do gestor de cada pasta.

**Parágrafo Único:** Os Agentes de Endemias, Agentes de Saúde Pública, Guardas de Endemias, Guardas Sanitários, os servidores que trabalham nas Salas de Vacinação, Campanhas de Vacinação, Vigilância Sanitária, Postura Municipal, Guarda Municipal, Unidades Básicas de Saúde, Hospitais, Unidades Pré-Hospitalares, Centro de Referência, Farmácia Municipal, Fundação Municipal da Infância e Juventude, inclusive os Conselhos Tutelares I, II, III, IV e V, bem como as demais atividades públicas essenciais, cumprirão normalmente suas respectivas jornadas de trabalho.

**Art. 11** - Fica determinado que o Departamento de Fiscalização e Vigilância Sanitária de Campos dos Goytacazes-RJ, a Superintendência de Posturas, a Secretaria Municipal de Segurança Pública, com apoio da Guarda Civil Municipal, GOE e da Polícia Militar, deverão inspecionar e exercer seu poder de polícia sanitária através da garantia do cumprimento do protocolo "Regras da Vida" e demais protocolos específicos, ficando os estabelecimentos que descatarem a determinação sujeitos à cassação do alvará e interdição, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis.

**Art. 12** - Fica instituída Comissão Interinstitucional para o estudo de retorno seguro de eventos de massa, e esta comissão terá como objetivo o de estabelecer critérios e diretrizes de vigilância sanitária e regramento normativo legal para realização de tais

eventos e seus membros serão definidos através de portaria específica convocada pela Secretaria Municipal De Saúde.

**Art. 13** - Em conformidade com a portaria 065/21 da secretaria municipal de educação ciência e tecnologia (SEEDUCT) e as orientações da Secretaria Municipal de Saúde, o início das aulas no modelo de ensino híbrido seguro se dará posteriormente ao período de 21 dias após a primeira dose da vacinação dos trabalhadores da educação de cada unidade escolar ou 21 dias após a dose única especificamente para a vacina da Jansen.

**Art. 14** - Fica convocado o Gabinete de Crise Covid-19 criado pelo Decreto nº 002/2021 para reunião virtual, em 19 de julho de 2021, às 9h, para informações e novas ações a serem implementadas.

**Art. 15** - Este Decreto vigorará entre as 23h 59min de 28 de junho de 2021 e 23h 59min de 19 de julho de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Campos dos Goytacazes (RJ), 28 de junho de 2021.

WLADIMIR GAROTINHO  
Prefeito

# #CamposContraACovid

## PRINCIPAIS SINTOMAS



Tosse



Febre



Dificuldade  
de respirar



Falta de ar

### EM CASOS MAIS GRAVES:

- Pneumonia
- Síndrome Respiratória Aguda Grave



# DOE SANGUE

## O Hemocentro precisa de você!



Wladimir Garotinho  
PREFEITO

Frederico Paes  
VICE-PREFEITO

### DIÁRIO OFICIAL PUBLICAÇÕES

Setor de Publicações Oficiais  
TELEFONE: (22) 9 8168-1379

### OUIDORIA

www.campos.rj.gov.br  
E-mail - ouvidoria@campos.rj.gov.br  
Telefones: (22) 98175-0969 / 98175-1431

### PODER EXECUTIVO

EQUIPE DE PUBLICAÇÃO

Secretaria Municipal de Governo e Comunicação Social

### SIC

Serviço de Informação ao Cidadão  
sistemas.campos.rj.gov.br/sic

Lei Municipal Nº 8794/2017 e Dec. 249/2017

Prefeitura de Campos dos Goytacazes - Rua Coronel Ponciano de Azevedo Furtado, 47 - Pq. Santo Amaro - CEP 28030-045 - Campos dos Goytacazes-RJ



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001. O Município de Campos dos Goytacazes garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.campos.rj.gov.br](http://www.campos.rj.gov.br)